



Município do Funchal

## **Concurso Público Internacional**

**Aquisição de Cimento e Outros materiais de construção para o  
Município do Funchal**

**Ref.ª do procedimento: 39/DAPAR/2024**

### **PROGRAMA DE CONCURSO**



Município do Funchal

### **Artigo 1.º**

#### **Objecto do concurso**

O presente Concurso Público tem por objeto a celebração de um contrato para **Aquisição de Cimento e Outros materiais de construção para o Município do Funchal** nos termos e condições descritos no caderno de encargos e seus anexos técnicos.

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade Adjudicante**

A entidade pública adjudicante é o Município do Funchal, abreviadamente designada CMF, sito na Praça do Município 9004-512 Funchal com os números de telefone 291 211 000 e telefax 291 238 930 e com o endereço eletrónico **dcpa@funchal.pt**.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Exma. Senhora Vereadora com o Pelouro da Contratação Pública, Ana Fernanda Osório Bracamonte, no uso da competência que lhe advém do Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal do Funchal, datado de 1 de fevereiro de 2024, publicitado pelo Edital n.º 91/2024, da mesma data. O edital foi afixado nos locais de estilo e publicado no Diário de Notícias da Madeira e Jornal da Madeira, edições de 3 de fevereiro de 2024. O referido Despacho poderá igualmente ser consultado no sítio oficial da Câmara Municipal do Funchal em <http://www.funchal.pt>.

### **Artigo 4.º**

#### **Fundamentação da escolha do procedimento**

A escolha do procedimento tem como fundamento o critério do valor, nos termos conjugados do artigo 16.º n.ºs 1, alínea c) e 2, alínea d), artigos 17.º, 18.º e 20 n.º 1 alínea a) todos do Código Dos Contratos Públicos (CCP) e ainda do artigo 4.º n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações.

### **Artigo 5.º**

#### **Critério de adjudicação**

- 1- A adjudicação será feita para cada lote segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, tendo em conta o preço mais baixo e de acordo com o artigo 74º n.º 1 alínea b) do CCP.
- 2- A adjudicação será efetuada lote a lote, pelo que os concorrentes podem apresentar proposta para os lotes que entenderem.



Município do Funchal

3- Os concorrentes **são obrigados a responder a todas as posições dentro de cada lote sob pena da respetiva proposta para o lote em causa ser excluída.**

4- No Lote 2, em caso de igualdade de preço, as propostas serão ordenadas, em termos comparativos com base no valor mais baixo, considerando os seguintes critérios de desempate: **o preço unitário de Argamassa de secagem rápida, se o empate persistir, o preço unitário de Geoargamassa tixotrópica, e se mesmo assim o empate persistir, Aglomerado Asfáltico a frio.** Se ainda assim o empate persistir, **será realizado um sorteio nos termos em que segue.**

5 - Em todos os lotes, havendo duas ou mais propostas de igual preço, as propostas serão ordenadas na sequência de sorteio por bolas numeradas retirar a bola numerada com o número 1 (um). O sorteio será efetuado nos termos que se seguem:

- a) a data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
- b) ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) o júri numera as bolas de acordo com o número de propostas empatadas;
- d) as bolas são inseridas num saco opaco.
- e) as bolas serão depois retiradas em 2 fases.

uma: - Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a vez, para efeitos de retirar as bolas na 2ª fase. A vez, corresponde ao número da bola.

f) as bolas são novamente introduzidas no saco.

duas: -Nesta segunda fase, cada um dos concorrentes pela ordem já determinada na primeira fase retira uma bola.

g) a ordenação das propostas objeto do sorteio, corresponderá aos números das bolas de cada concorrente.

h) será feita uma ata do sorteio, a assinar por todos os concorrentes presentes e pelos membros do Júri. Havendo recusa de assinatura far-se-á menção na ata.

6- Estando apenas um representante com poderes de representação:

a) - Não haverá lugar à primeira fase do sorteio, passando-se diretamente para a segunda fase.

b) - Nesta fase serão introduzidas no saco tantas bolas numeradas quantos as propostas de igual valor. O representante do concorrente, retirará uma bola cujo número corresponderá ao seu lugar na lista de ordenação de propostas.



## Município do Funchal

7- Havendo apenas 2 bolas introduzidas no saco, o presidente do júri após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente, retirará a segunda bola para confirmar o número de bolas introduzidas no saco e a sua numeração.

8 - Havendo mais do que 2 bolas, após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente presente, caberá ao Presidente do Júri, retirar 1 bola e sucessivamente, e de acordo com o número da bola, ordenar o concorrente, no correspondente lugar na lista de ordenação de propostas.

9- Caso nenhum dos concorrentes compareça na data e hora designada pelo júri, o sorteio será realizado perante o Júri do procedimento, sendo que o Presidente do Júri, nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes, o qual não poderá pertencer ao Júri, nem ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal.

### **Artigo 6.º**

#### **Preço ou custo anormalmente baixo**

Não é fixado preço ou custo anormalmente baixo.

### **Artigo 7.º**

#### **Consulta do processo de concurso**

1- O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na Divisão de Contratação Pública na morada indicada no artigo 2.º deste programa do concurso, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 de Segunda a Sexta-feira, desde a data do envio para publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2- O presente procedimento, será integralmente disponibilizado a todas as empresas, na plataforma electrónica de contratação pública [acingov](http://www.acingov.pt) acessível através do sítio electrónico <http://www.acingov.pt>.

### **Artigo 8.º**

#### **Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo**

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas através da plataforma electrónica <http://www.acingov.pt>.

2 - No mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.



## Município do Funchal

3 - Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1 são prestados por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

4 - O Órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, considerando-se rejeitados todos os que até ao termo do 2º terço do prazo de entrega de propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

5 - O Órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no parágrafo anterior, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

### **Artigo 9.º**

#### **Esclarecimento, retificação e alteração das peças do procedimentais, oficiosamente**

1 - A entidade adjudicante pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos até ao 2.º terço do prazo de entrega de propostas.

2 - Para além do prazo referido no ponto anterior, quaisquer retificações de erros e omissões ou esclarecimentos oficiosos, obrigam à prorrogação do prazo de entrega de propostas, por prazo equivalente ao do atraso verificado, e à publicação de aviso no Diário da República e no JOUE, sendo caso disso.

3 - Quando as retificações ou aceitação de erros ou omissões implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo para apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde a publicação do anúncio do concurso até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou omissões.

4 - A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado por período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

### **Artigo 10.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

##### **1- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:**

a) DEUCP-Documento Europeu Único de Contratação Pública.

##### **b) Documento contendo:**

**b.1) Preço unitário, excluindo IVA, para cada posição.**

**b.2) Valor total por posição, excluindo IVA;**

**b.3) valor total da proposta, excluindo IVA, para cada lote.**



Município do Funchal

**c) Fichas técnicas e de segurança para todos os bens** com que se propuserem contratar.

2-As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3 – **Os documentos relativos às alíneas b) e c) do n.º 1 do presente artigo**, nos termos do artigo 58.º, n.º 2 do código dos Contratos Públicos, **poderão ser apresentados em língua portuguesa, inglesa e espanhola**, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

4- Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

5 - Em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.

6 - Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou



## Município do Funchal

dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

7 - Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

8 - Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem no nº 4 e 5 do mesmo artigo conforme o caso.

9- Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 62.º n.º 5 do CCP.

### **Artigo 11.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 12.º**

#### **Negociação de propostas**

As propostas não são objeto de negociação nos termos do artigo 149.º do CCP.

### **Artigo 13.º**

#### **Prazo e local para apresentação das propostas**

1 - As propostas devem ser apresentadas, **até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia** a contar da data de envio para publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 136.º do CCP, no referido portal utilizado pelo Município do Funchal, [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2 - As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues através da plataforma eletrónica, até à data e hora definidas no número anterior. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.



## Município do Funchal

3 - Quando pela sua natureza qualquer documento não possa ser apresentado nos termos do n.º 1 deste artigo deverão ser apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

### Artigo 14.º

#### Manutenção de propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

### Artigo 15.º

#### Documentos de habilitação

1 - Os documentos de habilitação que devem ser obrigatoriamente apresentados pelo adjudicatário, nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, são os seguintes:

a) declaração do **Anexo II-M** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto legislativo regional 34/2008/M na sua atual redação;

b) certificado comprovativo de que a entidade se encontra com **a situação regularizada relativamente a impostos** devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) certificado comprovativo de que a entidade se encontra com **a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

d) **certificado de registo criminal** da pessoa singular ou **da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência**, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;

e) declaração de rendimentos (modelo 3 ou **modelo 22, este último acompanhado do Anexo C**, se for o caso) do último exercício económico disponível;

f) declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo n.º 10**) e **DMR (Autoridade Tributária)** do último exercício económico disponível;

g) **anexo Q** da informação empresarial simplificada (**IES**) do último exercício económico disponível;

h) **anexo R do IVA** da última declaração periódica do IVA;

i) declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações





## Município do Funchal

declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, **(caso aplicável)** anexo III;

j) comprovativo da inscrição no **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho.

2 - Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento previsto na alínea i), declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 25.º, 26.º e 31.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, na sua versão atual, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) do artigo anterior.

3 - Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso).

b) Identificação completa (através de informação do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos dos artigos 94.º e 95.º do CCP.

4 - Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

5 - O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, criado pelo Decreto-Lei n-º 72/2018, de 12 de setembro.

### **Artigo 16.º**

#### **Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1 - O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de **5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.

2 - O prazo para suprimimento de irregularidades nos documentos é de **3 (três) dias úteis**.

### **Artigo 17.º**

#### **Leilão Eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.



Município do Funchal

### **Artigo 18.º**

#### **Caução**

Não haverá lugar a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

### **Artigo 19.º**

#### **Preço das peças do procedimento**

A disponibilização das peças do procedimento é gratuita, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **Artigo 20.º**

#### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio.

### **Artigo 21.º**

#### **Dados pessoais**

1 - Os dados pessoais a que o concorrente tenha acesso durante o presente procedimento concursal serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.

2 – O concorrente compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

### **Artigo 22.º**

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.



Município do Funchal

**Anexo I**

**DEUCP**



Município do Funchal

## **ANEXO II - M**

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81 do código dos contratos públicos e nº 1 do artigo 7º do DLR nº 34/2008/M de 14 de agosto)

### **(não dispensa a verificação da conformidade legal incluindo atualizações)**

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no número 1 do artigo 55 do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica .....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) acrescentar as informações necessárias á consulta se necessário

(4) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(5) nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo.



Município do Funchal

### **ANEXO III**

#### **Modelo de declaração**

(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação)

#### **(Não dispensa a verificação da conformidade legal incluindo atualizações)**

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA (3).

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) no caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.